

5. O tempo: a cronologia de uma cultura

Estudar o passado não adianta muito se não se sabe que idade as coisas têm, ou, pelo menos, quais delas são mais velhas do que outras. Por maior que seja o entusiasmo por esta disciplina, nada há que possa substituir uma sólida cronologia — não vale de nada ter a vocação se não se tem o tempo.

Paul Bahn, 1997, p. 30

5.1. Faseamento tripartido do Calcolítico da Estremadura

As diferentes teorias que se têm construído em torno do Calcolítico e dos artefactos associados, têm sido ao longo dos anos um claro reflexo das mudanças ocorridas no pensamento arqueológico resultantes, quer do acumular de novos dados, quer da evolução paralela de outros campos de saber.

O surgimento de uma explicação para a origem do Calcolítico peninsular não pode ser desligado de um contexto histórico-culturalista que tem, no *Ex Oriente Lux*, uma explicação antecipada e, na detecção de fósseis-directores, um objectivo predestinado. Assim, o Calcolítico peninsular “não oferecia de início razões para discussão: vindos do Oriente, grupos de colonizadores teriam entrado em espaços com potencialidades metalúrgicas, construído fortificações e criado uma estrutura de domínio local a que teriam obrigado comunidades preexistentes” (Gonçalves, 1989, p. 419).

Servindo quer, de modelo das teorias difusionistas quer, de ponto de partida para o estabelecimento de uma cronologia relativa para o Calcolítico da Estremadura, Vila Nova de S. Pedro apresenta-se como um caso paradigmático. Escavado durante mais de duas décadas por Afonso do Paço e E. Jalhay, este povoado fortificado foi, na altura, interpretado como exemplificativo de um sítio construído e habitado, por populações exógenas, com fortes ligações a Los Millares, vindas por via marítima em busca de cobre que, eventualmente, escoariam para uma metrópole localizada no Mediterrâneo Oriental. Esta interpretação dotava este povoado de uma funcionalidade mista de colónia e feitoria.

A estratigrafia revelada pelos trabalhos levados a cabo neste povoado permitiu, desde 1951, dividir a sua sequência ocupacional em dois períodos distintos tendo como fósseis-directores: copos canelados (Período I) e campaniforme (Período II). A cerâmica com decoração «folha de acácia» pela sua aparente “normalidade” não é valorizada neste contexto de “excepcionalidades” e passa, relativamente, despercebida no estabelecimento desta primeira periodização de Vila Nova de S. Pedro.

Como era recorrente na época, a explicação para o surgimento de qualquer um destes tipos cerâmicos andava associado ao difusionismo e à deslocação de populações. Acreditava-se que o copo canelado, designado por «grupo de importação», era um dos indicadores da presença de uma população proveniente, ou sob influência, do Egeu. Enquanto se associava a cerâmica campaniforme, ao trabalho da metalurgia e a um “Beaker folk” que Castillo e Childe defendiam ter a sua origem na Península Ibérica.

Consequentemente, esta periodização torna-se no faseamento do Calcolítico da Estremadura ao ser adoptada, por analogia, na Parede (Paço, 1964) e no Zambujal (Schubart, 1969).

Vila Nova de S. Pedro torna-se, rapidamente, num sítio emblemático do Calcolítico estremenho não só a nível nacional, mas também a nível internacional, despertando o interesse de alguns investigadores entre os quais H. N. Savory, que aí trabalha durante o ano de 1959 e de

cujos labor resulta, em 1970, o artigo — *A section through the innermost rampart at the Calcolithic Castro of Vila Nova de S. Pedro, Santarém (1959)*, traduzido para português e publicado em 1983-1984.

A pretexto de um corte efectuado, através da mais interior das três linhas de fortificação deste sítio, o autor apresenta, como resultado, o repensar da estratigrafia de Vila Nova de S. Pedro adoptando, como explicação, um difusionismo moderado, que concede um espaço de acção às comunidades indígenas que, até então, não eram tidas em consideração.

Não negando a existência de uma contínua influência do Mediterrâneo Oriental (Egeu, Anatólia e Palestina), o autor reconhece, não só, a existência de “uma lenta evolução da arquitectura militar na região em torno do estuário do Tejo” (Savory, 1983-1984, p. 26) como, também, a manufactura local dos copos canelados afastando-os da importação directa.

Assim sendo, em termos gerais, o Período I é caracterizado pela presença de copos com caneluras pouco profundas, a que Blance atribui uma cronologia dentro da segunda metade do terceiro milénio a.C.; o Período II mantém uma mesma olaria comum em relação ao período antecessor, justifica a sua individualização pela ausência de copos canelados, pela presença de abundantes vestígios da prática metalúrgica e, também, pela presença de pontas de sílex com bases côncavas. A cerâmica campaniforme, tal como anteriormente já tinha sido definido, continua a funcionar como fóssil-director, para o Período III.

É no último período, que o autor (Savory, 1983-1984, p. 25) assinala a descoberta de alguns cacos de cerâmica decorada com «folha de acácia» cuja presença surge associada à cerâmica campaniforme no denominado “nível amarelo inferior”. Fica subentendido que *per si*, este grupo de decoração cerâmica é, apenas, considerado como um material associado, e não é tido como marcante no estabelecimento da periodização de Vila Nova de S. Pedro. É importante salientar que a escolha de um fóssil-director, neste momento, está condicionada pelo suposto cariz internacional do mesmo, o que permite, através de uma cronologia comparada situar no tempo a realidade arqueológica que se pretende estudar, pelo que se compreende que, neste contexto, a cerâmica com decoração de «folha de acácia» fosse secundarizada, reconhecida que era a sua evolução característica do Baixo Tejo.

Nesta breve abordagem que pretendemos fazer do faseamento do Calcolítico da Estremadura é inevitável referir a dupla de investigadores Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, que se tornaram uma referência obrigatória nos estudos da arqueologia portuguesa, da Pré-História Recente ao Período Romano, passando pela Proto-História. Estes autores têm um papel fundamental no estabelecimento de uma ponte entre uma visão difusionista e uma visão indigenista do Calcolítico português que eles, abertamente, defendem desde os anos 80.

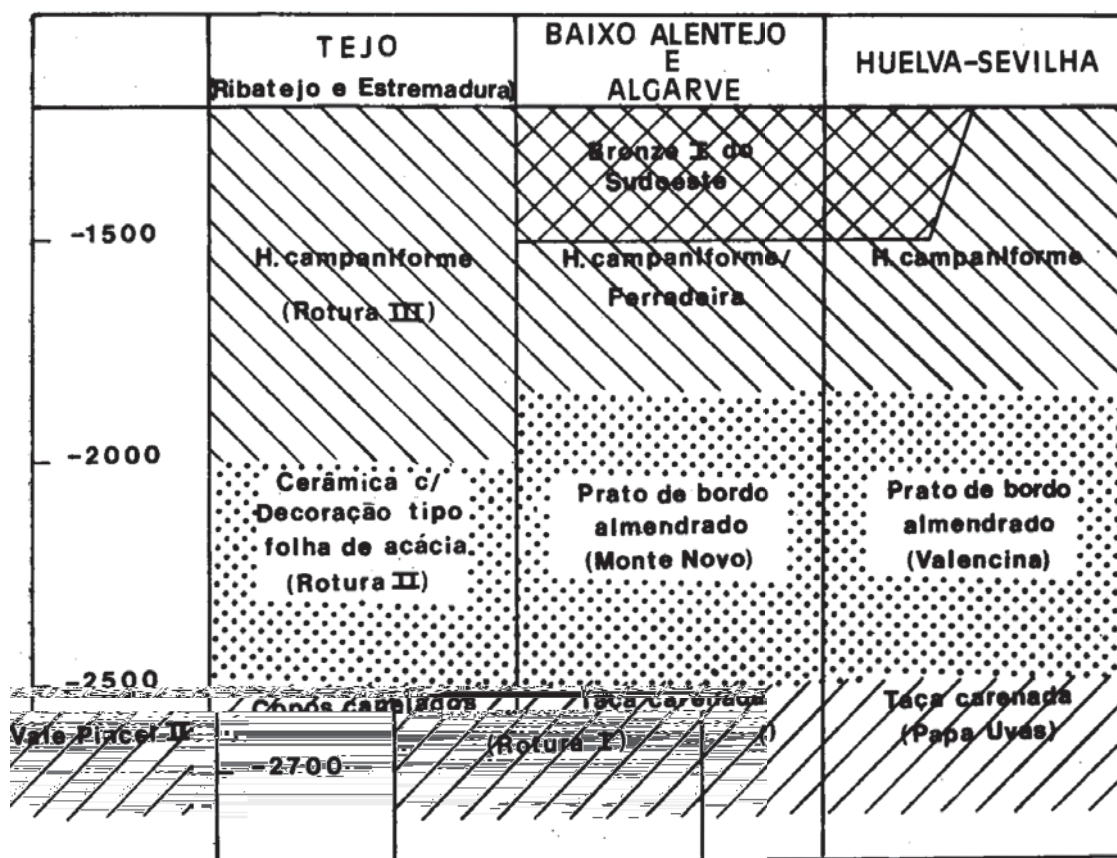
É neste contexto, quando se procura valorizar a importância da componente indígena como elemento dinamizador da cultura e desenvolvimento social, que a «folha de acácia» integra, conjuntamente, com o «copo» canelado e o campaniforme o faseamento tripartido do Calcolítico da Estremadura.

Este modelo, para a região do Tejo, é elaborado conjugando os dados parcelares da estratigrafia da Parede, com os dados do Castro da Rotura. Sendo que, no primeiro só foram encontrados «copos» canelados e Campaniforme e no segundo, existe cerâmica decorada com «folha de acácia», campaniforme e “vasos decorados com motivos semelhantes aos dos copos de Vila Nova I” (Gonçalves, 1971, p. 82).

Não se pretende neste momento discutir a validade deste modelo, mas apenas lembrar que este é um exercício meramente teórico, que se enquadra num período da investigação arqueológica, onde era importante estabelecer tendências gerais, com base nas quais se pudesses fazer deduções cronológicas, e enquadrar uma cultura numa sequência comparativa de antes e depois.

QUADRO I

Faseamento do calcolítico da Estremadura, cronologia e paralelos inter-regionais (Soares e Silva, 1976-1977, p. 265)



O quadro é disso exemplificativo. Nele podemos verificar a anterioridade da cerâmica campaniforme na região da Estremadura, constituindo, como o elemento transcultural, entre esta região e o Baixo Alentejo e Algarve — Huelva/Sevilha. Sendo que estas, duas últimas regiões, mantêm uma sincronia material e cronológica, até à Idade do Bronze.

Contudo, uma análise mais pormenorizada da estratigrafia da Rotura (Gonçalves, 1971, p. 77-78), a qual relaciona os seis níveis detectados: Ia, Ib, IIa, IIb, IIc, IIIa, com os distintos grupos cerâmicos, já na época, demonstrava que a separação entre a «folha de acácia» e o campaniforme não era tão linear como o esquema apresentava.

	Ia	Ib	IIa	IIb
«Copos» Vila Nova I				+
«Folha de acácia»			+	+
«Crucífera»	+	+	+	
Campaniforme A		+	+	
Campaniforme B	+	+		

Em primeiro lugar a cerâmica decorada com «folha de acácia» e a cerâmica com decoração «crucífera» surgem isoladas como duas realidades cronologicamente distintas, deixando antever uma evolução ou uma substituição dos temas decorativos que apenas coexistem na fase IIa. No seu conjunto este tipo de decoração, que mais tarde M. Kunst (1996, p. 260)

designará «folhas entalhadas» coexiste, quer com as taças caneladas (Vila Nova I), na fase IIb, quer com a cerâmica campaniforme, na fase Ia, Ib e IIa.

A estratigrafia do Zambujal e de Leceia vai demonstrar a contemporaneidade destes tipos decorativos.

Devido ao trabalho de João Luis Cardoso, Leceia tornou-se num dos povoados calcolíticos com maior área escavada na Estremadura. A valorização preferencial da cultura material de acordo com o seu máximo estatístico, nas diferentes fases cronológicas, (Cardoso, 1997), tornará este sítio no baluarte do faseamento tripartido do Calcólítico estremenho.

Esta perspectiva acabará por fornecer o suporte prático ao paradigma teórico, defendido pelo casal Tavares da Silva (1975, 1976-1977), com a definição de quatro camadas arqueológicas, que correspondem, respectivamente, a quatro períodos crono-culturais e a quatro fósseis-directores. Assim (Cardoso, 1987, p. 19-20):

<i>Camada</i>	<i>Fase</i>	<i>Cronologia</i>	<i>Objectos</i>
Camada 4	Fase I	Neolítico Final	Taças carenadas Vasos de bordo denteado
Camada 3	Fase II	Calcólítico Inicial	Escassez de taças carenadas Escassez de bordos denteados Presença de taças e «copos» canelados
Camada 2	Fase III	Calcólítico Pleno	Deixam de existir taças e «copos» canelados Surtem as decorações «folha de acácia»
Camada 1	Fase IV	Calcólítico Final	Surge a cerâmica campaniforme Estão ausentes os tipos de decoração anterior

Neste povoado o posicionamento da cerâmica campaniforme reveste-se de particular interesse, pela teoria que a ela surge associada. Assim observa-se a presença, quase exclusiva de fragmentos de campaniforme com decoração incisa no espaço designado “Casa EN”. O campaniforme pontilhado surge no interior do povoado, mas concentra-se na “Estrutura FM”. Estes espaços situam-se extramuros.

As datações de ¹⁴C para estes dois espaços fazem recuar o campaniforme à primeira metade do III milénio a.C., o que leva os autores (Cardoso e Soares, 1990-1992, p. 215) a afirmar: “perante os dados da escavação (designadamente a posição estratigráfica das cerâmicas campaniformes no núcleo do povoado) somos levados a integrá-las na série correspondente ao Calcólítico pleno”.

É com base nestes argumentos que se assiste a um ressuscitar, por parte destes autores, de teorias já abandonadas, agora já não em relação ao surgimento do Calcólítico que se aceita resultar de uma evolução das comunidades do Neolítico final, estimuladas pela Revolução dos Produtos Secundários, mas em relação ao fenómeno campaniforme recuperando-se a ideia de um povo campaniforme (Beaker Folk), portador dos segredos da metalurgia e de uma cultura distinta daquela que durante o Calcólítico pleno vigorava na Estremadura.

De acordo com os autores “esta fase cultural [fase III — Calcólítico pleno] terá sido acompanhada, no exterior do recinto amuralhado, pela edificação de pelo menos duas estruturas habitacionais campaniformes. Desconhecendo-se quais as relações mantidas entre as respectivas comunidades que nos parecem distintas: a exclusividade de fragmentos campaniformes, no conjunto das cerâmicas decoradas exumadas nas duas estruturas (casa EN e Estrutura FM) e, por outro lado, a ausência total destas cerâmicas no núcleo do povoado da Camada 3 e nos níveis inferiores da camada 2, constituíram prova dessa diferença” (Cardoso e Soares, 1990-1992, p. 23).

Actualmente, e numa aproximação mais pormenorizada aos dados arqueológicos, o próprio autor (Cardoso, 1997, p. 18) reconhece a possibilidade dos diferentes tipos cerâmicos se entrecruzarem e relacionarem, quer devido à utilização conjunta dos mesmos, quer devido a factores pós-deposicionais: “além da provável sobrevivência residual de certos tipos, deve considerar-se como provada a movimentação vertical e/ou horizontal — ou pós-deposicional de peças, possuindo tais observações apenas valor estatístico desde que baseadas em n.º significativo de ocorrências”.

Na década de 90, novas questões se levantaram, possibilitadas em grande medida pela difusão das datações absolutas e dos dados apresentados do Zambujal.

Começa a questionar-se a legitimidade do modelo teórico do faseamento tripartido, assim como a validade do campaniforme enquanto marcador cronológico. Este, ao contrário do defendido por Åberg (1921), parece não ser um fenómeno de curta duração, compreendendo em diversas áreas peninsulares, quase um milénio — c.2500-1800 cal AC (Senna-Martinez, 2000).

M. Kunst (1987, 1995, 1996, 2002), com base nas escavações do Zambujal tem desenvolvido todo um extenso trabalho no âmbito da análise e tratamento estatístico dos dados arqueológicos, que tem na publicação: *Zambujal Glochenbecker und Kerbblattverzierte Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1967* (1987), a sua grande obra monográfica.

Em primeiro lugar chama a atenção para a diminuta percentagem destes três grupos de cerâmica (copos canelados, cerâmica com decoração «folha de acácia» e cerâmica campaniforme) no registo arqueológico, em comparação com a totalidade das cerâmicas recolhidas.

Os copos cilíndricos representam, apenas, 0,4% (644) do total da cerâmica, mais ou menos a mesma quantidade que os fragmentos com decoração «folha de acácia» e «crucífera» (656), um pouco mais do que os fragmentos com decoração campaniforme 0,3% (502), (Kunst, 1996, p. 260).

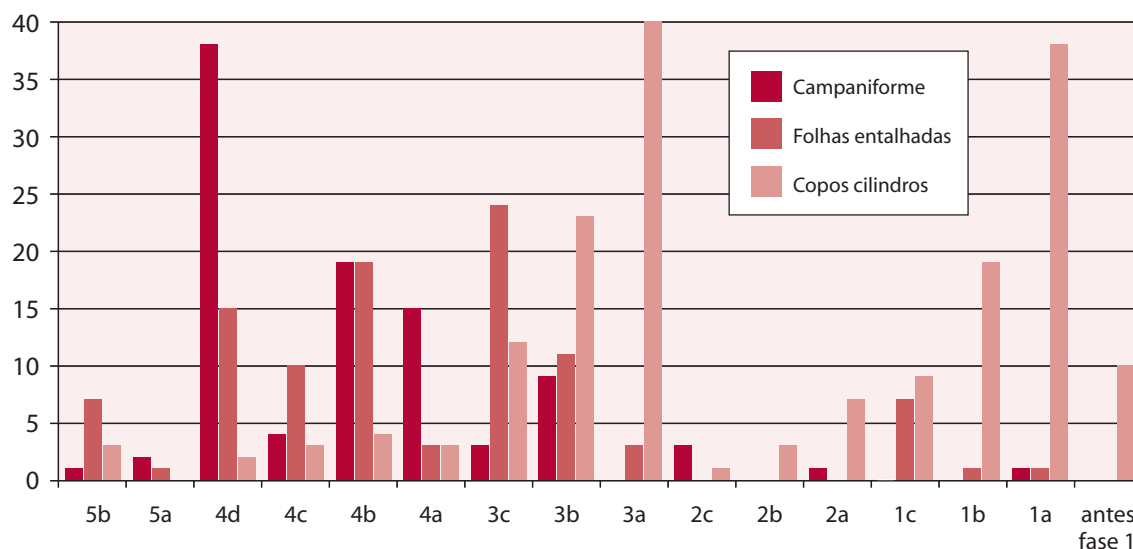


FIG. 1 – Distribuição de três grupos característicos de cerâmica do Zambujal pelas fases de construção — posicionamento seguro (Kunst, 1995, p. 25).

O gráfico apresentado, com base nos dados estatísticos das cerâmicas do Zambujal sustenta de modo claro e evidente algumas das ideias apresentadas por M. Kunst para o faseamento do calcolítico do Zambujal.

Assim verifica-se que os copos canelados começam a diminuir (fase 3b) no momento em que a cerâmica campaniforme começa a ganhar alguma expressão no contexto artefactual,

estando a cerâmica decorada com «folha de acácia» presente desde a fase 1a e acompanhando, praticamente, toda a diacronia de ocupação de povoado.

Com base nestes dados validamos a proposta de Soares e Cabral (1993, p. 222) segundo a qual seria “preferível dividir a evolução cultural correspondente ao Calcolítico em apenas dois períodos: um ante-campaniforme e outro campaniforme”.

O Penedo do Lexim (onde no final dos anos 90 Ana Catarina Sousa reiniciou as escavações) tem avançado importantes contributos para a desconstrução deste paradigma. Este local, com vestígios de ocupação atribuíveis ao Neolítico Final, apresenta a presença simultânea de copos, cerâmica canelada e folha de acácia. “Esta presença simultânea poderá ser explicada pela mistura dos dois níveis ou então pela presença de um período de transição Calcolítico Inicial/Médio ainda com presenças de cerâmicas caneladas” (Sousa, 2000, p. 28).

Como a autora refere, em arqueologia as ausências assumem sempre um carácter provisório, sobretudo em sítios com a dimensão do Penedo do Lexim. Assim, desconhece-se no local qualquer fragmento de campaniforme, o que parece contrariar as interpretações avançadas para Leceia (Cardoso e Soares, 1996) e para o Zambujal (Kunst, 1995).

Aparentemente o sítio após ter sido ocupado durante o Neolítico Final até à fase de transição Calcolítico Inicial/Médio foi abandonado e só voltou a ser ocupado no Bronze Final.

Em suma, duas palavras, uma para referir que muitas vezes, ao longo da história da arqueologia, os dados foram valorizados ou relativizados para responder a questões específicas, e que devem ser compreendidos dentro do contexto científico da sua época.

A segunda, mais uma vez, para frisar o desconhecimento da ocupação humana destes sítios. Tirando Leceia, Zambujal, Vila Nova de S. Pedro e o Penedo do Lexim, que começa agora a produzir resultados científicos, a maioria dos sítios é conhecida através de recolhas de superfície ou pequenas sondagens.

Assim, qualquer generalização que se pretenda fazer a partir dos dados obtidos nestes locais, com base na única análise de três tipos decorativos de cerâmica, minoritária no conjunto dos materiais arqueológicos, produz resultados muito relativos, que mesclam a diversidade e as características evolutivas de cada sítio.

5.2. Datações absolutas

A ausência de datações absolutas disponíveis para a Pedra de Ouro faz com que qualquer tentativa de situar a ocupação deste espaço, no tempo, se faça dentro de uma enorme margem de insegurança, agravada pela ausência de estratigrafia disponível.

A única aproximação possível passa, inevitavelmente, pelo estabelecimento de uma cronologia relativa baseada na presença, ou ausência, de determinados materiais arqueológicos. A partir destes são estabelecidos paralelos com contextos onde estes materiais surjam bem datados. Relembrando que, no actual estado de conhecimentos, este é um mero exercício teórico, uma hipótese que carece de confirmação estratigráfica e cronométrica.

Como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, com os materiais apresentados e os paralelos efectuados, o Calcolítico Pleno funciona como um *terminus post quem*, no qual se podem integrar a maioria dos materiais arqueológicos recolhidos na Pedra de Ouro.

Numa análise comparativa com os materiais e as cronologias de Leceia e do Zambujal, colocamos como hipótese o início da ocupação da Pedra de Ouro algures em meados do III milénio a.C., correspondendo ao Calcolítico Pleno de Leceia, com campaniforme, e à fase 4 do Zambujal. Esta é caracterizada (Kunst, 1996, p. 280) pela presença de “decorações com folhas entalhadas frequentes + campaniformes frequentes + escassos copos cilíndricos (ape-

nas exemplares com estratigrafias remexidas)”. Na Pedra de Ouro, estão mesmo ausentes os copos canelados, rasteando-se esta temática decorativa em algumas taças hemisféricas.

Esta atribuição cronológica parece confirmar a sugestão de Leisner e Schubart (1996), segundo a qual as características do recinto amuralhado da Pedra de Ouro podem justificar-se por razões de ordem cronológica. Questão que teremos oportunidade de desenvolver no próximo capítulo.

A maior dificuldade situa-se em encontrar um *terminus ante quem* para a ocupação do contexto doméstico/habitacional que funcione como referência para o início do contexto funerário, uma vez que não existem vestígios materiais que suportem a sua utilização simultânea.

Uma das questões prende-se com a longa diacronia de utilização do campaniforme, nomeadamente, do “Grupo Palmela”, maioritário na Pedra de Ouro.

Como já tivemos oportunidade de referir, as datações de Leceia fazem recuar a origem do Campaniforme na Estremadura, pelo menos, ao início do Calcolítico Pleno, ainda na primeira metade do III milénio a.C. (Cardoso, 2000).

O final do período campaniforme é ainda uma questão em aberto pela ausência de estratigrafia e de datações absolutas. Existe um contexto datado, sem campaniforme, no povoado do Bronze Pleno do Catujal que, com um intervalo de probabilidade de 95%, corresponde a um intervalo de 2028-1752 a.C. (Soares e Cabral, 1993).

Esta datação tem sido utilizada (Cardoso e Soares, 1990-1992; Cardoso, 2000) como um *terminus ante quem*, para o fim da utilização da cerâmica campaniforme. Contudo, a ausência de um tipo cerâmico, no conjunto analisado, deve ser relativizada, em função da natureza do conjunto. Este foi recolhido após a destruição do sítio arqueológico, “num sector restrito” com abundante espólio faunístico que parece ter actuado como uma fossa de detritos (Carreira, 1997)

O intervalo de tempo fornecido para o Catujal é, em grande medida, coincidente com a data da fase 4c do Zambujal, que, com uma probabilidade de 95%, se situa entre 2180-1770 a.C. Como podemos ver no quadro de distribuição de cerâmica, esta fase apresenta cerâmica campaniforme, que perdura, ainda que de forma vestigial, durante a fase seguinte.

Os dados do Zambujal parecem apontar no sentido da perduração do campaniforme “Grupo Palmela” até “ambientes já de plena Idade do Bronze” (Senna-Martinez, Valera e Carreira, 1993, p. 191; Senna-Martinez, 1994). Estes corroboram a longa diacronia de utilização do Campaniforme, na restante Península Ibérica e cujas datações se situam entre c. 2800-1500 cal a.C. (Castro et al., 1996, p. 107).

Defende-se, presentemente, que os arqueólogos podem, erradamente, ter tomado alguns contextos do Bronze pleno como calcolíticos, tendo presente a cerâmica campaniforme (Gibson, 2000, p. 185). Esta confusão é relativamente fácil de ocorrer, na ausência de estratigrafia e de datações absolutas. Tal como se tinha verificado na transição do Neolítico Final para o Calcolítico, parece existir uma continuidade cultural, onde as alterações ao nível do registo material se processam, eventualmente, em termos quantitativos, com a introdução de novas variações tipológicas a fazer-se progressivamente.

À luz dos recentes desenvolvimentos do conhecimento científico, o *hiatus* que acompanhava o início e o desenvolvimento da Idade do Bronze, e que sustentava teorias de estagnação e retrocesso cultural, mais não é do que um lapso de investigação favorecido pelo desenvolvimento de esquemas cronológicos, que não favorecem a ideia de continuidade.

Retomando a temática do *terminus* da ocupação do contexto habitacional da Pedra de Ouro, e tomando como paralelo a tipologia cerâmica apresentada para o Catujal, verificamos que estão ausentes da Pedra de Ouro os elementos materiais tipicamente associados ao cha-

mado Bronze Médio, como sejam, por exemplo, os vasos carenados, as garrafas de colo estrangulado e os vasos de corpo troncocónico. No conjunto cerâmico analisado, predominam as formas de fundo comum neo-calcolítico, sendo a única excepção suportada pelos *vasos de colo estrangulado (forma 4)*, associados à decoração campaniforme.

Os artefactos metalúrgicos também não nos permitem retirar ilações ao nível da cronologia. Com excepção de duas peças — punhais com nervura central (n.^{os} 1817-1818) — de cobre arsenical, cujo fabrico e utilização se associa, genericamente, à primeira Idade do Bronze, os restantes materiais formam um conjunto coeso, podendo ser rastreados em contextos do Calcolítico Pleno.

Assim, e pela ausência de elementos no registo material que indiquem o contrário, a ocupação habitacional da Pedra de Ouro terminou algures na transição entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, em finais do III milénio a.C. Posteriormente, este local foi alvo de uma segunda ocupação, como já referimos, de carácter funerário — enterramentos em pequenas cistas — conotados como um dos fenómenos mais representativos e específicos da Idade do Bronze do Sudoeste.

Ignoramos em que medida alguns dos elementos de cariz habitacional da Pedra de Ouro podem prolongar-se para esta etapa; contudo face aos elementos disponíveis, parece-nos improvável a utilização sincrónica do mesmo espaço simultaneamente com cariz doméstico e funerário. Esta reinterpretção simbólica do espaço como lugar de deposição funerária não é inédita no ambiente pré-histórico peninsular relembramos, a título de exemplo, o 8.^o momento da ocupação do Monte Novo dos Albardeiros (Gonçalves, 1988-1989).

Deve-se a Schubart (1975) a sistematização do Bronze do Sudoeste. Com base na tipologia dos monumentos, do espólio funerário e no estabelecimento de paralelos com a cultura de El Argar, este período cultural foi dividido em *Bronze I*, com uma cronologia entre 1500/1400 a.C. e 1100 a.C. e o *Bronze II*, entre 1100 a.C. e 800/700 a.C.

No que respeita ao contexto funerário da Pedra de Ouro, de acordo com o espólio recolhido — um vaso decorado em relevo com “gomos” e “botões” — este era passível de se enquadrar no *Bronze II*. Este tipo de recipiente é apresentado como uma das características deste período cultural, partilhando a existência, com os vasos de carena muito acentuada, parede côncava — taças Santa Vitória — e com as estelas «tipo alentejano» decoradas com relevo de armas, instrumentos metálicos e ancoriforme, que serviriam de tampa de cista. Estas sofreriam uma redução de tamanho, em comparação com as presentes no momento cultural antecedente.

A reapreciação dos dados disponíveis para o Bronze Argárico — cuja divisão em Argar A e B veio provar-se assentar sobre pressupostos estatísticos errados — e as datações absolutas, ainda que poucas, têm vindo a por em causa o enquadramento cronológico defendido por Schubart.

A proposta de que a transição do Calcolítico-Idade do Bronze, no Sul de Portugal, se terá efectuado nos finais do III milénio a.C. — cerca de 2200/2100 a.C. (Soares, 1994).

Datações de necrópoles como a da Herdade do Pomar calibrada (curva de Pearson-Stuiver) a dois sigmas entre 1848-1766 a.C.

A sugestão de Barceló (1991) de 1700/1600 a.C. para o aparecimento das estelas decoradas.

A situação estratigráfica dos vasos tipo Odivelas, Santa Vitória e de gomos verticais, no Corte 3, da Úmbria del Cerro del Castillo de Alange (Badajoz), cujo intervalo de tempo, calibrado a dois sigma, se situa entre 2027-1676 (Pavón Soldevila, 1995).

São apenas alguns dos argumentos a favor de uma revisão cronológica do Bronze do Sudoeste.

Seria prematuro e erróneo avançar datas para a ocupação funerária da Pedra de Ouro, com base em paralelos materiais que têm como única fonte de sustentação a presença de um vaso cerâmico. Não obstante, e mais uma vez referido a fragilidade científica das datações relativas, atrevemo-nos a sugerir, com base unicamente nos vestígios materiais analisados, que a Pedra de Ouro poderá ter tido um início de ocupação no denominado Calcolítico Pleno, que na Estremadura se pode atribuir, genericamente, a meados do III milénio a.C.

Esta primeira ocupação foi de cariz doméstico/habitacional e terá perdurado, sensivelmente, até ao início da etapa formativa da Idade do Bronze, nos finais do III milénio.

Posteriormente, este local foi reocupado com uma funcionalidade de cariz funerário. Esta ocupação parece ter paralelos na cultura do Bronze do Sudoeste, situada culturalmente na I Idade do Bronze, cujo início cronológico parece situar-se ainda dentro da segunda metade do III milénio a.C.